
Contributos (antropo)metodológicos para um projecto social de cidade

(Anthropo)methodological contributions for a social city project

Marluci Menezes¹

marluci@lneec.pt

Resumo

A importância das dimensões socioculturais do espaço urbano é um dado assente em muitas das actuais concepções/modos de pensar as intervenções e os processos de gestão/manutenção urbana. Mas, quando se passa da intenção à prática, o carácter substancial destas dimensões nem sempre é referido ou (inter)accionado na sua devida medida, comprometendo a concretização de objectivos. Algumas deficiências detectadas são de carácter metodológico e se reportam ao processo de concepção das propostas de trabalho, destacando-se três dificuldades: ênfase dos problemas e minimização das potencialidades dos contextos; necessidade de tornar mais operativos/instrumentais os diagnósticos socioculturais; contratempos suscitados na construção de um trabalho inter/multidisciplinar e multidimensional. Numa tentativa de contributo para ultrapassar essas dificuldades, enfatiza-se a importância de duas noções: projecto, entendido como estratégia de invenção/criação de uma nova ordem socioespacial, como expressão cultural, fenomenológica e pragmática; diagnóstico, concebido num sentido interactivo, dinâmico, flexível e com capacidade de articulação disciplinar/dimensional. Por fim, defende-se a pertinência em investir-se numa cultura do projecto.

Palavras-chave: projecto social, metodologia, diagnóstico, interactividade e multidimensionalidade.

Abstract

The importance of the socio-cultural dimensions of the urban space is taken for granted in many of the current views of urban intervention and management. However, once in the field, the relevance of these dimensions is not always taken into account in an adequate manner, thus compromising a more effective accomplishment of aims. Some detected deficiencies are of a methodological nature and related to the way work proposals are conceived. The paper stresses three difficulties: emphasis on the contexts' problems and minimization of their potentialities; need to render the socio-cultural diagnosis more operational; specific drawbacks of an interdisciplinary and multidimensional work. As an attempt to contribute to the overcoming of such difficulties, two notions are emphasized: project, understood as a strategy of invention or creation of a new socio-spatial order as a cultural, phenomenological and pragmatic expression; diagnosis, conceived in an interactive, dynamic and flexible way. Finally, the author advocates the pertinence of investing in a project culture.

Key words: social project, methodology, diagnosis, interactivity and multidimensionality.

¹ Geógrafa, doutora em Antropologia Social e Cultural, investigadora do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Portugal.

Introdução a um argumento de reflexão²

O ambiente construído e formalizado estrutura o nosso mundo e naturaliza a nossa experiência de tal modo que as relações de poder, ainda que passadas, continuam a ser espacialmente representadas e reproduzidas, introduzindo dificuldades na implementação de dinâmicas de mudança. Aqui, poder-se-ia considerar que o plano da cidade é um produto intimamente relacionado com os conflitos sociopolíticos e com as forças económicas (David Harvey, *in* Low, 2000). Contudo, através de certas acções e usos políticos do espaço, os indivíduos podem contestar as imposições do poder (Low, 1995, 2000a, 2000b).

O espaço e o lugar não são meros receptores das ideologias políticas e urbanas, justamente porque são agentes de enraizamento que operam através de sistemas que relacionam interesses, representações e significações (Guerra, 1987, p. 172-173). Existe uma relação entre a história, os conflitos inerentes à organização do espaço e os seus respectivos usos, apropriações, imagens, aspirações, projecções, experiências dos indivíduos e os significados que são atribuídos ao espaço. Melhor dizendo: existe uma relação dialéctica entre actores sociais e espaço, podendo essa relação ser concebida como indutora das transformações espaciais, ou seja, o espaço reage e ao reagir interfere nas dinâmicas sociais. Como observa Silvano (1988, p. 16), “o actor projecta-se no, e age sobre, o espaço. O espaço por sua vez reage, oferecendo maior ou menor resistência às intervenções dos actores sociais. É este movimento que faz do espaço algo em constante transformação.” E, ainda no seguimento do raciocínio da autora, é consequente observar:

[...] os actores sociais possuem uma competência espacial (queremos com isto dizer que as representações do espaço supõem a existência de uma operacionalidade representativa, que actua nos espaços reais e virtuais), eles podem projectar os espaços do futuro e adequá-los às suas práticas sociais, de forma a fazer coincidir as transformações reais e as transformações representadas (Silvano, 1988, p. 16).

Justificar essa competência espacial dos actores sociais pode parecer desnecessário face à sua evidência. No entanto, essa competência espacial permite refutar a ideia de que os indivíduos são controlados pelo planeamento e organização do espaço

urbano³. Mas também permite relevar a importância dos actores sociais no processo de construção social do espaço, o que, em outros termos, ressalta a importância dos actores sociais na construção do espaço urbano, em específico da cidade, que, como referido por Lynch (1991, p. 309) deveria ser cada vez melhor e “feita com arte e configurada para o propósito humano”.

Como perspectivar a competência espacial dos actores sociais num interesse comum de construção de uma cidade *boa de viver*? Como desenhar a cidade sem (re)produzir o *totalitarismo* da ordem ou da forma urbana? Como minimizar os efeitos excludentes de muitas das práticas urbanísticas contemporâneas? Como evitar a desordem e a desorganização urbanística, bem como a segregação e a exclusão socioespacial, sem restringir a criatividade social e cultural do fazer e viver a (na) cidade? O que se quer prever ou se pode prever no desenho, projecto, plano ou mesmo na gestão da cidade com vistas à melhoria da integração sociourbanística, organização, forma e imagem do espaço urbano? Prevenção de riscos ou promoção e desenvolvimento de espaços urbanos com qualidade? Quais são os possíveis caminhos para a implementação de um urbanismo que vise a melhoria global das condições de vida urbana dos cidadãos?

A metáfora da *ordem e desordem*, conforme referida por Michelucci (1984, p. 3-5), parece-nos um bom começo para introduzir uma discussão acerca do *saber – fazer (e viver)* a cidade. Para este arquitecto, tal metáfora representa duas categorias que, a nível urbanístico e social, coexistem em nossas cidades

[...] como dois pólos separados, ambos improdutos e inquietantes, porque um define o limite da criatividade, ameaçando alguma prerrogativa inalienável dos cidadãos, a outra, o caos, a desordem, representa a ilusão de anular os valores precedentes e contemporaneamente a frustração de constatar que tal operação não é libertadora, mas autodestrutiva (Michelucci, 1984, p. 3-5).

A metáfora da ordem e da desordem também serve para expressar as interrogações de um antropólogo que, tendo como principal objecto de estudo o aprofundar do conhecimento da relação entre espaço e sociedade, é constantemente confrontado com a necessidade de ordenar o seu conhecimento em prol de iniciativas de melhoria das condições de vida urbana. Sem

² Neste artigo, aprofundam-se alguns aspectos discutidos na comunicação apresentada no XII Congresso Brasileiro de Sociologia “Sociologia e Realidade – Pesquisa Social no Século XXI” (Belo Horizonte, UFMG, 31 de maio a 3 de junho de 2005) no âmbito do Grupo de Trabalho: Cidades: Transformações, Governança e Participação.

³ Certeau (1990, p. 139-158) chama a atenção para o facto de o espaço quotidiano ser continuamente (re)apropriado pelos indivíduos através de práticas criativas, sendo utilizados os termos *tipos operatórios e táticas* para explicar a criatividade de tais práticas. Neste processo criativo, Certeau privilegia o acto de caminhar, assim tomado como um acto que permite particularizar a experiência espacial dos indivíduos. Ao caminhar, os pedestres nomeiam, narram e relembram a cidade de forma improvisada e inventiva, assim conseguindo evadir-se dos constrangimentos e das imposições colocadas pelo planeamento urbano. Por seu lado, Edensor (1998, p. 219), ao comentar as posições de Certeau, observa dois aspectos interessantes, embora contrastantes: 1) a ideia de que existe um *pedestre heróico* é sujeita a críticas; 2) a possibilidade de se refutar as noções deterministas que tomam os pedestres como mental e fisicamente controlados pelo planeamento e organização do espaço urbano.

aqui aprofundar o conflito subjacente à relação entre a construção/produção de conhecimento e a aplicação do mesmo, nem tão pouco pretender fornecer respostas mágicas às questões acima colocadas, propomos aqui abordar alguns aspectos acerca do contributo que uma determinada perspectiva antropológica pode ter na construção de uma metodologia de apoio à configuração de uma cidade *boa de viver*.

Um argumento projectado

Muito do que se escreve acerca das formas e maneiras de pensar e agir sobre a cidade contemporânea tem evidenciado a importância da figura do projecto sobretudo ao nível da sua repercussão social (Ascher, 1998, 2004; Bourdin, 2001; Ferreira, 2000, 2001, 2003, 2004; Guerra, 2000; Boutinet, 1990; Boudon, 1992; Menezes, 1992, 1999, 2002; Michelucci, 1990). De argumento reflexivo sobre a sociedade urbana ocidental a instrumento de intervenção, gestão e avaliação, a ideia de projecto emerge para o urbanismo contemporâneo com uma tal carga simbólica que é, inclusive, referida por Bourdin (2001, p. 148) como “uma resposta aos problemas da governança”. Ao retomar o carácter antropológico da ideia de projecto conforme discutido por Boutinet (1990), Bourdin salienta que uma das principais características da utilização contemporânea da noção de projecto se relaciona com a ideia de antecipação, já que, através da combinação e precisão de objectivos a realizar a curto ou médio prazo, a ideia de antecipação permite controlar e minimizar determinados riscos e incertezas da nossa sociedade⁴. Nesta linha de pensamento, Ascher (2004), ao discutir os princípios de um novo urbanismo, atentou para a necessidade de adopção de diligências mais reflexivas, de modo a estarem mais adaptadas às incertezas, à complexidade e à diversidade da sociedade ocidental contemporânea. Este autor defende a ideia de projecto como ferramenta de elaboração, expressão e desenvolvimento, evidenciando as potencialidades e os constrangimentos colocados à sociedade, aos actores em presença, aos sítios, às circunstâncias e aos acontecimentos, bem como observou que o projecto é paralelamente ferramenta de análise e de negociação. Nota ainda que, no âmbito de um novo urbanismo, é essencial privilegiar os objectivos com uma maior capacidade de desempenho (no sentido da optimização de resultados), que, pelo seu lado, deverão ser menos exigenciais (tomados como uma ordem, lei, disciplina ou submissão). Isto é, objectivos de desempenho, para além de implicarem a definição de projectos mais essenciais e estratégicos, colocam a ne-

cessidade de conhecer e definir ferramentas que permitam integrar a lógica dos actores, avaliar suas proposições e julgar a sua pertinência para a colectividade, bem como identificar a viabilidade de alguns efeitos.

A importância do projecto, ou, melhor dizendo, a carga simbólica desta expressão, é por nós reconhecida e, de certo modo, evidenciada quando, no título desta reflexão, inferimos acerca da necessidade de construção de um projecto social de cidade. Esta consideração pode ter como o seu outro lado, o seu espelho, a consideração de Ferreira (2001, 2003, 2004) quando se refere à importância de pensar a “cidade como projecto”.

Mas do reconhecimento da importância da ideia de projecto à sua manifesta efectivação, deparamo-nos com um pressuposto, a nosso ver, essencial: a definição de uma metodologia de trabalho que garanta participação, interactividade, multidimensionalidade e inter/multidisciplinaridade. É justamente no que respeita à definição de alguns aspectos do quadro metodológico que dará cobertura a um determinado projecto social de cidade que, no âmbito desta reflexão, reteremos o nosso olhar. Nomeadamente nos referimos à elaboração de determinados objectivos e à sua respectiva concretização, sobretudo no que concerne à aceitação e importância atribuída às dimensões socioculturais do espaço em muitas das actuais concepções/modos de pensar as intervenções e os processos de gestão e manutenção urbana.

Portanto, no decorrer desta reflexão e das suas especificidades (e como tal dos seus limites), importará aqui destacar dois aspectos. Um primeiro aspecto respeita ao facto de que houve alguns avanços ao nível de uma maior aceitação da dimensão sociocultural do espaço no âmbito do pensar, fazer e gerir as cidades. Não menos interessante será notar a tendência para essa mesma importância ser apropriada por uma perspectiva de “culturalização do planeamento e da cidade”, ao contrário de um modelo, talvez socialmente mais desejável, de planeamento urbano e cultural da cidade (Fessler Vaz, 2004). Esta tendência expressa uma insistência, em muitas das actuais perspectivas de intervenção e planeamento urbano, em tomar as questões socioculturais como algo apenas relacionado com as ofertas e consumos culturais, o que revela uma sobreposição dos interesses económicos sobre as outras dimensões constituintes do espaço. A nosso ver, tais situações minimizam o carácter da dimensão sociocultural do espaço, como a importância do conhecimento dos processos de construção identitária, das manifestações culturais, das formas e modos de uso e apropriação do espaço por parte das populações-alvo das intervenções, para além de outros aspectos⁵.

⁴ A relação entre a ideia de projecto e antecipação será privilegiada neste texto em detrimento da relação entre projecto e prospectiva, ainda que esta seja muito utilizada no âmbito da discussão sobre planeamento estratégico (Guerra, 2000). A nossa opção aqui não resulta de uma minimização da importância do conceito “prospectiva”, mas sim do facto de considerarmos que a noção “antecipação” contém um carácter mais antropológico e que aqui nos interessa reter.

⁵ A ideia de *cultura* como um instrumento estratégico de intervenção urbana, de reabilitação, requalificação e revitalização tem sido salientada por alguns autores (por exemplo: Jacques, 2003, 2004; Jeudy, 2005; Fessler Vaz, 2004; Sant’Anna: 2004). Nessa perspectiva, a cultura emerge como motor ideal do desenvolvimento económico a ser promovido no âmbito de um culturalismo de mercado (Otilia Arantes, *in* Jacques, 2003).

Um segundo aspecto relaciona-se com a forma e o modo como as dimensões socioculturais são referidas nos projectos e, seguidamente, operacionalizadas em termos de objectivos. Isto é, detectam-se algumas deficiências de carácter metodológico que se reportam ao processo de concepção das propostas de trabalho, o que cria lacunas ao nível da concretização de objectivos. A propósito deste segundo aspecto importará, então, destacar por ora três dificuldades que podem contribuir para a criação de deficiências no projecto:

- Enfatização dos problemas e minimização das potencialidades dos contextos;
- Necessidade de tornar mais operativos/instrumentais os diagnósticos socioculturais;
- Contratempos suscitados na construção de um trabalho inter/multidisciplinar e multidimensional.

Sem a pretensão de fornecer uma solução mágica para um problema que acreditamos ser demasiado complexo, apenas gostávamos de reflectir conjuntamente a respeito de alguns caminhos que possam ajudar a afinar o processo de elaboração e concretização de determinados objectivos. Pelo que, numa tentativa de contributo para ultrapassar algumas das dificuldades referidas, enfatiza-se a importância de duas noções: projecto, entendido como estratégia de invenção/criação de uma nova ordem socioespacial, como expressão cultural, fenomenológica e pragmática; diagnóstico, concebido num sentido interactivo, dinâmico, flexível e com capacidade de articulação disciplinar/dimensional. Por fim, defende-se a pertinência em se investir numa cultura de projecto social da cidade.

A dimensão antropológica do projecto

De acordo com Pinagli (1987, p. 14-16), o propósito a que se destina o projecto é expresso por duas facetas: a da sua materialização física e a da projecção do ser humano, na medida em que este demarca uma diversidade de projectos de si mesmo. Na óptica de Boutinet (1990, p. 11-19, 263-280), tais facetas dizem respeito à ligação entre acção e conduta – inferindo um carácter utilitário e mais racionalizado –, e à existência de uma lógica simbólica que, ao se manifestar criativamente, é operacionalizada através de uma perspectiva de transformação, o que, em termos de conduta, faz referência a um carácter mais existencial (ou seja, é um ideal).

A ideia de projecto (Figura 1) conforme sustentada pela cultura tecnológica evoca uma noção de tempo operatório que reduz a qualidade existencial do tempo vivido. Por outro lado, as oposições tempo operatório/tempo existencial que constituem o tempo vivido estão directamente relacionadas com as noções de tempo linear e tempo circular. O tempo vivido ainda

pode ser tripartido na ideia de presente, passado e futuro (Boutinet, 1990, p. 60-66).

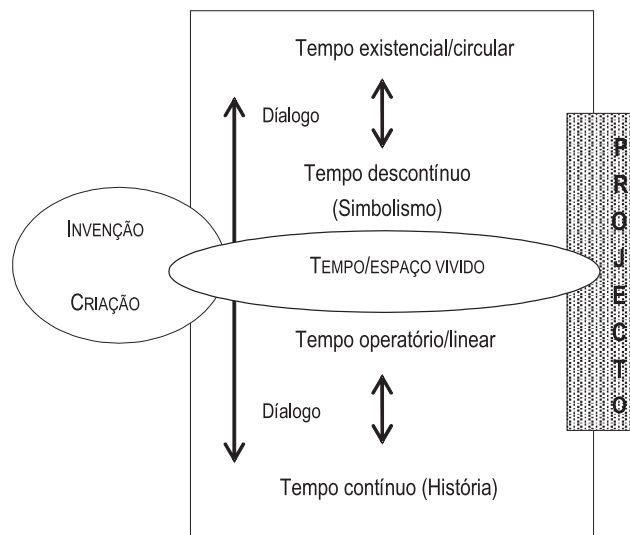


Figura 1. A relação entre a noção de tempo e a ideia de projecto.

Ao tomar as noções de tempo contínuo (associado à história) e de tempo descontínuo (associado ao simbolismo) como um diálogo cujo resultado se reflecte numa capacidade de invenção e criação permanentes, faz-se eco à essência fenomenológica do projecto. O projecto infere, então, uma conduta criativa que se manifesta a partir de um tempo vivido⁶.

O entendimento da ideia de projecto como uma capacidade humana que reflecte o desejo de produção/criação de novos modelos permite, paralelamente, considerá-lo como um desejo de apropriação dos tempos vindouros. Contudo, o projecto é constituído num tempo presente. Este tempo reflecte, por assim dizer, três condições: em continuação, em actuação e em projecção.

Ao revelar-se como uma alternativa individual ou social paralela ao modelo espacial que eventualmente lhe é atribuído, o projecto exprime uma representação do futuro, ou pelo menos um desejo de mudança. Ao conjugar a história e o mundo simbólico, o tempo presente possibilita a invenção de um novo contexto ou de um novo modelo a ser apropriado. Por exemplo, este novo modelo ou contexto pode ser expresso pelas dinâmicas de intervenção urbana ou como expressão de novas condutas de apropriação do espaço.

O projecto como estratégia de invenção/criação de novas formas de apropriação e representação do espaço se manifesta quer através da criação e invenção de *novos pensamentos*, quer

⁶ De um ponto de vista simbólico, Boutinet (1990, p. 116) considera que a ideia de projecto pode ser interpretada como uma negação da ideia de morte pela sociedade, ou seja, a possibilidade de uma sociedade se projectar prolonga, em termos subjectivos, a sua existência real.

ainda como expressão de um desejo de mudança, uma nova conduta no processo de adaptação ao meio, como é o caso dos projectos de vida, quer ainda como projecto de organização e transformação espacial, como é o caso dos projectos de intervenção ou de melhoria da qualidade de vida urbana. Isso, de modo algum, significa o abandono de uma ordem anterior, assim relevando a importância das questões relacionadas com a memória e o ritual e ainda com as dinâmicas de invenção do património.

É no tempo presente que se busca concretizar sonhos ou criar condições para que estes sejam viáveis num futuro próximo. Mas também é no tempo presente que se reflecte a vontade (ou não) de transformar; é neste tempo também que os indivíduos se confrontam com os constrangimentos que dificultam a implementação de mudanças.

Se entendermos o espaço organizado como resultado da “interacção incessante entre três polaridades” compostas pelo espaço físico, social e mental, dir-se-ia que esse “espaço organizado é, então, o princípio projectivo do processo cognitivo inerente a uma cultura societária” (Satti, 1991, p. 5), residindo aqui a possibilidade de construção de um projecto de cidade a partir da promoção de uma cultura do projecto. Como bem referiu Pinagli (1987, p. 16), é fundamental dinamizar a relação entre espaço, sociedade e projecto, já que a ruptura desta relação se produz “como efeito induzido entre comunidade e projecto, entre comunidade e objecto, entre comunidade e cidade”.

O diagnóstico como suporte de desenvolvimento e actualização do projecto

Suporte para elaboração dos planos, programas e projectos de intervenção, gestão, governança e avaliação, o diagnóstico sociocultural nos habilita a conhecer e compreender o conjun-

to de dimensões que compõem uma dada realidade social. Em outras palavras, permite identificar, definir e escalonar a procedência, o sentido e o carácter social dos problemas que afectam a realidade social, bem como ressaltar os recursos e as potencialidades que, embora muitas vezes obtusos, também compõem essa mesma realidade. Pelo que, à partida, o diagnóstico deverá guiar-se no sentido de fornecer respostas às seguintes questões: O quê? Para quê? Por quê? Como?

O diagnóstico sociocultural viabiliza a construção de variáveis de observação da realidade social, desse modo contribuindo para a definição de formas de registo do que é observado, de modo a proceder à sua hierarquização e medição. O diagnóstico é um suporte de aprendizagem e cooperação (Bonetti *et al.*, 1991; Marghieri, 1989). Esta ferramenta contribui ainda para a definição dos objectivos estratégicos e das formas de actuar sobre a realidade ou contexto social observado (ver Tabela 1).

Porém, se os objectivos que enquadram o projecto têm de ser essenciais, precisos e estratégicos, importa, então, criar condições que garantam a eficácia daquilo que permitirá sustentar tais qualidades. Isto é, garantir a eficácia do diagnóstico sociocultural é um princípio importante de garantia da qualidade dos objectivos e, como tal, do projecto, plano e/ou programa de intervenção (Menezes, 2004a, 2004b, 2004c). Neste sentido, pode-se considerar a importância de três condições essenciais (ver Tabela 2). A primeira condição refere-se à importância de garantir a realização de diagnósticos dinâmicos dos contextos de envolvimento e abrangência dos planos, programas e projectos. Tal é uma condição fundamental para que se evite a produção de imagens e caracterizações estáticas ou de imutabilidade dos contextos, o que, muitas vezes, é uma situação condicionada pela unilateralidade da análise dos problemas (Bonetti *et al.*, 1991).

Tabela 1. Critérios de orientação do diagnóstico sociocultural.

Conhecer a realidade dos contextos sociais	Operacionalizar os resultados de análise
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer informação sobre as condicionantes e consequências dos problemas, desse modo permitindo identificar tendências e situações-tipo. • Identificar os recursos inerentes aos contextos e identificar meios de os potenciar. • Identificar as condições potenciais ao sucesso de uma intervenção, bem como as condições que se coloquem como obstrutivas e como risco à acção propriamente dita. • Identificar dinâmicas e processos – endógenos e exógenos – que mais afectam a realidade dos contextos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma hierarquia de problemas e necessidades e identificar prioridades de intervenção. • Relacionar problemas e necessidades, de forma a pré-identificar meios de acção e tipos de acompanhamento social que tais medidas possam implicar. • Potenciar, de forma relacional, os meios de minimização dos problemas e de resolução das necessidades através de estratégias de potenciação dos recursos e potencialidades inerentes ao sistema. • Predefinir estratégias de acção que permitam responder às necessidades internas e mudanças externas.» Estabelecer relações de comunicação com diferentes parceiros. • Criar dinâmicas de “negociação dos objectivos e proposições” (Marghieri, 1989, p. 8) • Desenvolver referências fundamentais para elaboração de um programa, plano e projecto de acção.

Importa, assim, criar condições de recolha continuada de informação⁷. Repare-se ainda que, associada a esta condição, emerge a possibilidade de implementação de uma dinâmica de avaliação ou de monitorização continuada, permitindo a retroalimentação do sistema de acção ou de gestão. Isso, em outras palavras, permite criar condições para a correcção ou afinação de eventuais incoerências ou deficiências nos projectos, planos e programas de acção.

Por seu lado, Cohen e Franco (1999, p. 79) referem-se aos seguintes objectivos mais específicos do diagnóstico:

- Descrever – relacionado com aquilo que se pretende modificar, referindo-se à categorização descritiva dos fenómenos a partir de um esquema ordenado de classificação;
- Explicar – relacionado com a explicitação das relações causais entre variáveis que informam sobre a situação actual, indiciando aquilo que poderá ou deverá ser alterado. É uma condição fundamental para a realização de um bom diagnóstico, devendo incluir todas as dimensões e variáveis que facultem a explicação dos fenómenos ou processos que se está a analisar.
- Predizer – é o resultado da explicação, podendo ser subdividido em três tipos: 1) *sem o projecto* – identificando apenas uma projecção das tendências observadas; 2) *sem o projecto e com optimização da situação de base* – pressuposto da racionalização dos recursos existentes na actualidade ainda sem projecto; 3) *com o projecto* – indicação das modificações previstas pela implementação do projecto.

Uma segunda condição que permite garantir a eficácia dos diagnósticos sociais é a promoção da interactividade entre os

distintos registos, diagnósticos e levantamentos (arquitectónico, urbanístico, tecnológico, arqueológico, histórico, sanitário, etc.). A interactividade aqui referida deverá permitir:

- A leitura inter-relacionada dos problemas/necessidades, recursos/potencialidades e das medidas/acções propostas por cada tipo de diagnóstico, para além de permitir visualizar melhor o papel das questões socioculturais, socioespaciais, socioinstitucionais e operacionais;
- A hierarquização das situações-problema e a definição de medidas e acções de forma integrada e interactiva.

Ao permitir conhecer mais aprofundadamente o contexto, esta condição faz ressaltar ainda a complexidade, a diversidade e a multidimensionalidade da sociedade, deste modo viabilizando formas mais eficientes para a definição de estratégias e medidas de acção.

A terceira condição que importa destacar remete para a necessidade de garantir a participação efectiva dos diferentes actores sociais e institucionais relacionados com o contexto de intervenção. Manifestando-se essa participação desde a fase do diagnóstico, é consequente o facto de que, ao se conhecerem as problemáticas dos contextos através do olhar dos diferentes actores, criam-se condições para o envolvimento destes actores no âmbito da implementação do projecto, bem como ao nível das suas dinâmicas de avaliação.

Repare-se ainda como esta condição está relacionada com a importância da integração da lógica dos actores e do conhecimento das suas proposições, conforme anteriormente referido (Ascher, 2004, p. 86-90).

É ainda essencial considerar que, no âmbito da realização dos diagnósticos, a identificação dos problemas de cariz sociocultural também deverá partir de uma perspectiva dinâmi-

Tabela 2. Aspectos a considerar no âmbito da realização do diagnóstico.

Condições que garantem a eficácia	Objectivos gerais do diagnóstico
<ul style="list-style-type: none"> • A dinamicidade do processo de recolha de informação. • A interactividade entre os distintos registos, diagnósticos e levantamentos efectuados. • A participação dos diferentes actores sociais envolvidos com o contexto em análise ou a intervir. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre as relações entre cultura e sociedade, as dinâmicas de degradação, segregação e exclusão socioespacial. • Reparar as questões que se colocam para além de uma simples colecta / registo de informações. • Perspectivar a construção de pré-propostas de acção que viabilizem a inversão das situações propícias à produção e/ou reprodução de dinâmicas sociais que se constituam como problemáticas. • Perspectivar a construção de pré-propostas de acção que dinamizem os recursos / potencialidades intrínsecas aos contextos. • Confrontar as análises e hierarquizar os pontos de vista (Marghieri, 1989, p. 8).

⁷ Os recursos aos métodos (quantitativos e qualitativos), técnicas e instrumentos de recolha de informação comuns às Ciências Sociais são igualmente úteis aos diagnósticos socioculturais, tais como: inquéritos, questionários, entrevistas e histórias de vida com interlocutores privilegiados, observação dos contextos, pesquisa em fontes bibliográficas, jornalísticas e cartográficas, censos demográficos, etc. Existem ainda determinadas técnicas mais expeditas de recolha de informação que são muito utilizadas nos diagnósticos sociais; são elas o SWOT (identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e o *walk-through* (identifica problemas, aspectos positivos e potencialidades, viabilizando o controlo das intervenções e a sustentação das avaliações *a posteriori*).

ca e relacional (Bonetti *et al.*, 1991, p. 27-33). Neste sentido, como critérios de identificação de problemas salientam-se:

- O modo como se definem os objectivos de análise dos problemas está intimamente relacionado com a resolução destes.
- A análise dos problemas deve estar associada à análise das organizações que tencionam intervir ou já intervieram nos contextos.
- É fundamental a posição dos actores sociais e as suas formas e modos de apreciação dos problemas e das suas interpretações acerca das possíveis soluções.
- A análise dos problemas e dos contextos deve ter em consideração a complexidade e a multiplicidade das dinâmicas e processos socioespaciais.
- Os significados dos fenómenos observados devem ser interpretados.

Ao que também se salienta que, numa perspectiva dinâmica e relacional, interessará definir um modelo de sistematização dos resultados oriundos da análise da problemática sociocultural de um determinado contexto. Como proposta de sistematização, considera-se importante compreender a proble-

mática dos contextos em termos da definição das situações de risco, dos recursos existentes e da identificação dos aspectos e/ou dinâmicas de mudança (ver Tabela 3).

Importará, então, interpretar e organizar o perfil das situações diagnosticadas (ver Tabela 4) de forma a ser possível detectar quais são aquelas que se mostram como uma condição potencial para o sucesso da intervenção, as que se manifestam como uma condição de obstrução⁸ às intenções de intervenção e, por fim, as que se podem revelar como um risco para o sucesso da intervenção (ver Tabela 5).

Ao ter em conta o que acima foi referido, importa ainda salientar um outro aspecto: a importância em criar uma lógica de trabalho que, pouco a pouco, permita substituir a incidência nas situações-problemas pela identificação de necessidades. Aqui, parte-se do princípio de que as carências ou necessidades identificadas pressupõem ou podem pressupor os problemas socioculturais e espaciais com que se confrontam determinados contextos urbanos.

Na verdade, numa perspectiva dinâmica e relacional, o diagnóstico dos problemas deverá reflectir sobre as relações entre cultura e sociedade, as dinâmicas de degradação, segre-

Tabela 3. *Condições de sistematização dos resultados da análise da problemática do contexto.*

As situações de risco	Os recursos existentes	As dinâmicas de mudança
<ul style="list-style-type: none"> • Sobre o carácter social e cultural dos problemas, identificando a sua procedência e possíveis consequências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação, factos, momentos, objectos, pessoas, grupos ou espaços (etc.) que, de algum modo, possam potenciar positivamente as dinâmicas de intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • As relações existentes entre as dinâmicas endógenas e exógenas, e as intervenções já implementadas no contexto.

Tabela 4. *Síntese de perfis a conhecer na realização do diagnóstico sociocultural.*

Socioespacial	Socioinstitucional	Operacional
<ul style="list-style-type: none"> • Características sociodemográficas, económicas e habitacionais.» Percursos sociorresidenciais e trajectórias de vida, aspirações e projectos de vida, redes de sociabilidade e de solidariedade. • Qualidade dos equipamentos e serviços existentes. • Características socioculturais dos contextos (memórias, formas de manifestação cultural, suportes de identidade colectiva, etc.). • Características de uso e apropriação dos espaços (casa, rua, praça, bairro, serviços, equipamentos e instituições locais, etc.). • Objectos descritos como importantes, técnicas construtivas, dinâmicas associativistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características do envolvimento das instituições com os contextos socioespaciais. • Características relacionadas com a competência dos organismos, dos serviços de proximidade e de gestão. • Definição de quais as acções previstas e as já realizadas; o âmbito das acções; os objectivos atingidos e os não atingidos. • Definição de eventuais parcerias com outras instituições. • Definição dos recursos existentes (humanos, materiais, financeiros, educacionais, sanitários, de formação, urbanísticos, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Características sociais, técnicas, institucionais, administrativas, de gestão (etc.), dos planos, programas e projectos de intervenção – já implementados ou em fase de desenvolvimento. • Identificação de embriões de projectos ou de iniciativas. • Identificação da emergência de práticas inovadoras.

⁸ Sociologicamente não faz sentido entender as condições de obstrução à acção como simétricas das potenciais, sobretudo porque importa afastarmo-nos de uma lógica causal, de modo a que seja possível criar condições para que haja interacção entre as distintas dinâmicas e dimensões que compõem o meio.

gação e exclusão socioespacial. Neste sentido, o diagnóstico deverá perspectivar a construção de (pré)propostas de acção que viabilizem a inversão das situações propícias à produção e/ou reprodução de dinâmicas sociais que se constituam como problemáticas.

A partir do diagnóstico sociocultural, é possível predefinir um primeiro conjunto de medidas e de acções sociointerventivas que se destaquem como mais pertinentes no âmbito da problemática analisada e da intervenção que se pretende realizar. Estas acções devem ser definidas em função das dinâmicas próprias a cada território, sendo difícil estabelecer *receitas milagrosas* ou de *resultado garantido*. Isto porque, normalmente, tais acções se enquadram em processos interactivos de desenvolvimento.

Neste sentido, aqui apenas se avança com algumas observações de carácter metodológico que importa considerar quando da elaboração de propostas que perspectivem incorporar a problemática sociocultural intrínseca aos contextos urbanos. Por isso, numa primeira fase, será importante identificar e relacionar os problemas, necessidades e recursos com as medidas, acções, estratégias e táticas que permitirão resolver ou minimizar as situações-problema, como também potenciar os recursos intrínsecos aos contextos de intervenção.

Numa segunda fase, a informação produzida por esse primeiro esboço deverá ser integrada no conjunto dos outros diagnósticos realizados (económico, geográfico, tecnológico, construtivo, arquitectónico, urbanístico, histórico, etc.), de modo a permitir o cruzamento e a interacção das diferentes dimensões e problemas que compõem os contextos urbanos sob intervenção ou a intervir. Este cruzamento de informação deverá permitir:

- Uma leitura inter-relacionada dos problemas/necessidades, recursos/potencialidades e das medidas/acções propostas por cada tipo de diagnóstico, para além de permitir visualizar melhor o papel das questões socioespaciais, socioinstitucionais e operacionais.
- A hierarquização das situações-problema e a definição de medidas e acções de forma integrada e interactiva.

Passa-se, assim, a uma terceira fase que se refere à elaboração do projecto, para finalmente perspectivar um modelo

organizacional de gestão integrada do programa e plano de intervenção numa perspectiva de manutenção e sustentabilidade dos contextos. Aqui importará criar condições para que seja incorporada uma cultura de monitorização e avaliação do processo de desenvolvimento da intervenção. Esta perspectiva viabilizará a actualização e/ou correcção do planeamento sempre que necessário, permitindo incorporar e potenciar as dinâmicas que vão sendo criadas ao longo da intervenção.

Como anteriormente referido, a adopção de uma perspectiva mais reflexiva de abordagem, análise, compreensão, intervenção, governança, gestão e manutenção da urbe contemporânea implica investir numa maior precisão e combinação de objectivos (Bourdin, 2001, p. 136-152), o que infere a importância do desempenho, a par do seu carácter mais estratégico (Ascher, 2004, p. 83-84).

No entanto, tais intentos justificam-se no âmbito de uma estratégia metodológica de trabalho que, ao induzir a utilização de determinadas ferramentas que facultem o conhecimento dos contextos, permita sustentar de forma dinâmica, multidimensional e interactiva os objectivos que darão enquadramento ao projecto. Uma destas ferramentas é o diagnóstico sociocultural, e é sobre ele que, até aqui, retivemos a nossa atenção.

Perspectivas de desenvolvimento de um projecto de cidade *boa de viver*

Contudo, muito do que se disse para trás confronta-nos com um dos principais problemas do diagnóstico sociocultural com vista à concepção de um projecto social de cidade. Isto é, por um lado, observa-se que a garantia da qualidade do diagnóstico implica o investimento na componente técnica e metodológica de quem o vai realizar. Por outro lado, a efectiva qualidade do diagnóstico sociocultural somente se manifesta quando os seus resultados são de facto integrados nos projectos, planos ou programas de intervenção, gestão, manutenção e governança.

Voltamos aqui à questão da importância de um efectivo trabalho interactivo e multidimensional que reflecta uma pers-

Tabela 5. Organização das situações diagnosticadas.

Condição potencial	Condição de obstrução	Risco para a acção
<ul style="list-style-type: none"> • Situação ou característica local, física ou social, que encerra uma possibilidade imediata ou a prazo de facilitar a concretização de um ou mais objectivos definidos no âmbito da acção / intervenção. É uma condição definida independentemente da tomada de consciência por parte da população envolvida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação ou característica local, física ou social que encerra a capacidade de dificultar, ou mesmo impedir, a concretização de um ou mais objectivos definidos no âmbito da acção. Pode ser entendida como inversa da condição potencial e é igualmente independente da consciência que a população tem dela ou da avaliação que dela faz. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação ou característica local, física ou social, decorrente da existência de condições potenciais e de obstrução. O risco para a acção traduz a possibilidade (risco latente) de ocorrência de efeitos não esperados / desejados e que podem contrariar um qualquer objectivo de acção, caso a condição de obstrução se revele superior à condição potencial.

pectiva inter/multidisciplinar. E, a nosso ver, aqui reside um dos principais problemas para a concretização de determinados objectivos relacionados com as dimensões socioculturais (Figura 2).

Entretanto, é correcto dizer que a necessidade de melhor conhecer as especificidades dos contextos para sobre eles projectar uma intervenção se afigura como algo que atravessa – ou pelo menos deve atravessar – as distintas áreas disciplinares e técnicas envolvidas com o processo de concepção do projecto. Deste modo, o investimento num diagnóstico que permita retratar a realidade dos contextos nas suas distintas dimensões e vertentes é correspondente à importância que detém a realização de bons levantamentos de âmbito arquitectónico, social, cultural, urbanístico, arqueológico, tecnológico, etc. Por isso, entende-se que um *bom diagnóstico* é correlato da ideia de construção de um *bom projecto*.

Por outro lado, parece-nos fundamental garantir uma perspectiva de projecto que permita enquadrar as lógicas de participação, as competências socioespaciais dos actores e o desenvolvimento urbano nas suas diferentes vertentes, para assim, pelo menos,

- Potenciar e requalificar a função cidadina com vista a um “projecto de urbanidade” (Ferreira, 2004, p. 15).
- Criar condições de reestruturação, melhoria e inovação do edificado e dos espaços livres e de uso comum.
- Proporcionar a adaptação funcional das actividades em concordância com as características socioculturais e as necessidades dos actores sociais.

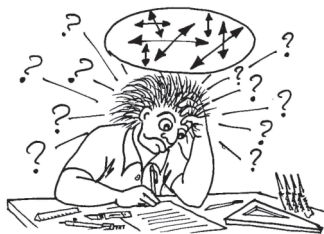
Aqui é central conceber as dinâmicas de pensar e fazer a cidade através de uma perspectiva que promova a integração e o desenvolvimento sociourbanístico. Esta perspectiva poderá verificar-se através da implementação de estratégias, acções e tácticas de potenciação dos valores sociais, culturais, económicos, ambientais e funcionais, e medidas que visem a melhoria do tecido urbano edificado ao dotá-lo e/ou requalificá-lo de condições de habitabilidade, equipamentos comunitários,

infra-estruturas, acessibilidades, instalações, espaços livres e de uso público. Igualmente importante é desenvolver medidas que permitam resolver ou, pelo menos, minimizar as situações de deficiência conjuntural (sobretudo quando reproduzidas ao longo do tempo), exclusão e desvantagens socioespaciais e económicas, marginalidade e insegurança.

Como os indivíduos interagem com o meio físico em que vivem? Como os indivíduos se apropriam do seu habitat? Quais são os aspectos socioculturais que permitem identificar as permanências e as mudanças socioespaciais; e quais aqueles que se encontram presentes na constituição, apropriação e representação dos territórios privados, públicos, semiprivados e semipúblicos? Quais são os projectos e expectativas dos indivíduos em relação ao espaço que habitam? Quais são os aspectos socioculturais que englobam ou sintetizam práticas, vivências, percepções e interesses ao nível do quotidiano sócio-habitacional urbano? Como os indivíduos percebem e representam os seus contextos residenciais? Como se podem articular os interesses, os estilos e modos de vida, as necessidades e as práticas socioespaciais com os objectivos e interesses definidos pelos projectos de construção e intervenção sociourbanística? Essas questões são algumas daquelas que se julga importante reter no âmbito de um diagnóstico mais aprofundado dos contextos. Acredita-se, assim, que os caminhos encontrados no sentido de fornecer respostas a tais questões são formas de aprofundar o conhecimento da relação entre espaço e sociedade. Em síntese, a faceta antropológica aqui referida procura analisar e compreender como, no quotidiano residencial, os indivíduos e as suas redes de relações sociais se constroem, articulam, desenvolvem e interagem com os espaços arquitectados e urbanizados. E, a partir deste conhecimento, tentar, pelo menos, esboçar alguns eixos que permitam contribuir para a construção de um projecto de cidade *boa de viver*.

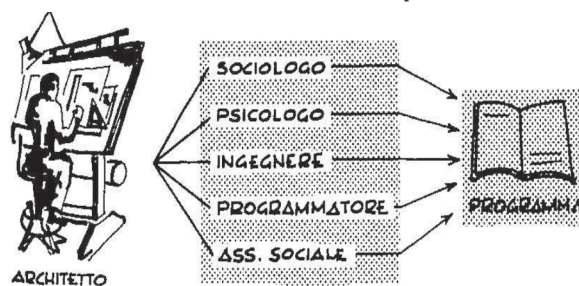
Reabilitar a relação homem e meio, espaço e sociedade, parece ser um possível caminho. Mas, ao estabelecer uma relação entre intervenção urbana, conhecimento científico, socieda-

O projecto de cidade:
Um trabalho unidimensional?
Tarefa de uma única disciplina?



Desenho: Ricardo Nobre.

O projecto de cidade:
Um trabalho multidimensional?
Uma tarefa inter/multidisciplinar?



Fonte: Baldini (1988).

Figura 2. Perspectivas sobre a criação de um projecto de cidade.

de e promoção da qualidade, confrontamo-nos de imediato com as questões ou aspectos ligados à economia, à satisfação individual/social, à acessibilidade, à sustentabilidade, à participação social, aos modos de vida, à imagem e forma urbana, à gestão urbana, à insegurança urbana, à complexidade e diversidade, à globalização e contextualização, à requalificação e reabilitação urbana, à integração sociourbanística, à heterogeneidade sociocultural, ao desenvolvimento social, etc. Trata-se de aspectos que trazem para a mesa de discussões a necessidade de se pensar e actuar *na e com* a cidade – enquanto espaço social e físico – numa perspectiva multidimensional e multidisciplinar ou, em outros termos, mais ecológica. Parece-nos, assim, importante operacionalizar tal perspectiva no âmbito da elaboração de projectos, planos e programas de intervenção integrados, que, por sua vez, se reflectam na concretização de processos de gestão e manutenção sociourbanística que, igualmente, possam ser considerados como integrados. A viabilidade desta perspectiva é, assim, possível a partir de um trabalho que faculte:

- A introdução de dimensões de análise que abrangem a complexidade dos contextos socioespaciais nos planos, programas, projectos e dinâmicas de gestão urbana.
- A introdução da perspectiva dos actores sociais, nomeadamente ao nível das suas competências socioespaciais, que remete para as dimensões simbólicas e práticas de uso e apropriação dos contextos vivenciais, da satisfação residencial e sentimentos de bem-estar.
- A articulação entre as dimensões comportamentais, as dinâmicas socioculturais e o meio ambiente.
- A aproximação e integração de conceitos, categorias e noções de entendimento do espaço, bem como de diferentes áreas disciplinares.

A lógica de desenvolvimento social deve ter como objectivo central “a resolução prioritária das questões que interessam às pessoas a quem a área diz directamente respeito – os seus interesses legítimos, problemas, capacidades, relações sociais e valores próprios, dificuldades de realização do quotidiano, exigências de qualidade e de apropriação dos espaços de vida, necessidade de informação, sociabilidade e de progresso económico – e a aplicação dos seus recursos, iniciativas e capacidades de organização e realização” (Pereira, 1986, p. 10).

Referências

- ASCHER, F. 2004. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. La Tour d'Aigues, Éditions d l'Aube, 108 p.
- ASCHER, F. 1998. *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta Editora, 240 p.
- BALDINI, M.R. 1988. *Il significato dell'abitare: studio interdisciplinare per una nuova dimensione progettuale*. Firenze, Alinea Editrice, 175 p.
- BONETTI, M.; CONAM, M. e ALLEN, B. 1991. *Developpement social urbain – Strategies et methodes*. Paris, L'Harmattan, 271 p.
- BOUDON, F. 1992. *Projet architectural et projet architecturologique*. In: J. BROUARD (coord.), *Le projet – Un défi nécessaire face à une société sans projet*. Paris, L'Harmattan, p. 17-32.
- BOURDIN, A. 2001. *A questão local*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 237 p.
- BOUTINET, J.P. 1990. *Anthropologie du projet*. Paris, PUF, 305 p.
- CERTEAU, M. de. 1990. *L'invention du quotidien*. 1. Arts de Faire, Folio Essais [146], Paris, Gallimard.
- COHEN, E. e FRANCO, R. 1999. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, Vozes, 312 p.
- EDENSOR, T. 1998. The Culture of the Indian Street. In: N.R. FYFE (ed.), *Images of the Street – Planning, Identity and Control in Public Space*. London, Routledge, p. 205-221.
- FERREIRA, V.M. 2000. Cidade e democracia – ambiente, património e espaço público. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1:9-35.
- FERREIRA, V.M. 2001. Protagonismo urbano e projecto de cidade – a condição pública e patrimonial das cidades. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2:33-45.
- FERREIRA, V.M. 2003. Urbanidade e cosmopolitismo de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5:127-138.
- FERREIRA, V.M. 2004. *Fascínio da cidade – Memória e projecto da urbanidade*. Lisboa, Ler Devagar, 407 p.
- FESSLER VAZ, L. 2004. A “culturalização” do planeamento e da cidade. *Cadernos PPG-AU*, 2:23-30. (Número especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais).
- GUERRA, I. 1987. A espacialização da vida social. *Povos e Cultura*, 2:171-191.
- GUERRA, I. 2000. O planeamento estratégico das cidades – Organização do espaço e acção colectiva. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1:37-55.
- JACQUES, P.B. 2004. Espetacularização urbana contemporânea. *Cadernos PPG-AU*, 2:23-30. (Número especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais).
- JACQUES, P.B. 2003. Património cultural urbano: questões contemporâneas. In: 3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, Lisboa, 2003. *Actas...* Lisboa, LNEC, 2:703-710.
- JEUDY, H.-P. 2005. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra Produção Editorial, 157 p.
- LOW, S.M. 1995. Indigenous Architecture and Spanish American Plaza in Mesoamerica and the Caribbean. *American Anthropologist*, 97(4):748-762.
- LOW, S.M. 2000a. *On the Plaza – The Politics of Public Space and Culture*. Austin, University of Texas Press, 274 p.
- LOW, S.M. 2000b. Culture in the Modern City: The Microgeographies of Gender, Class, and Generation in the Costa Rican Plaza. *Horizontes Antropológicos*, 6(13):31-64.
- LYNCH, K. 1991. Struttura della percezione urbana. In: E. SATTI (org.), *Sociologia dello Spazio*. Firenze, Print & Service, p. 303-312.
- MARGHIERI, I. 1989. Les methodes de diagnostic. In: I. MARGHIERI (org.), *Evaluation endoformative des pratiques locales des operateurs en matiere de rehabilitation*. Paris, CSTB, p. 7-9.
- MENEZES, M. 1999. From the Culture of Memory to the Culture of Design: Considerations Issues. In: 2nd International Seminar Conservation and Urban Sustainable Development: A Theoretical Framework. Recife, 1999. *Actas...* Recife, CECI/Universidade Federal de Pernambuco, p. 129-136.
- MENEZES, M. 2002. *Manutenção, mudança e representação na Madragoa*. Lisboa, LNEC (ITECS, 34), 157 p.
- MENEZES, M. 1992. *Espaço: cultura e arquitectura: dissertação sobre a perspectiva interdisciplinar entre Ciências Sociais e*

- Arquitectura*. Lisboa, LNEC (ITECS, 22), 148 p.
- MENEZES, M. 2004a. *Reabilitação do habitat antigo e recente: alguns aspectos da problemática social*. Lisboa, LNEC. (Relatório NESO, 44/05).
- MENEZES, M. 2004b. *Levantamento social para projectos de reabilitação urbana – Das formas de olhar, registar, analisar e interpretar os contextos socio-espaciais aos projectos de intervenção*. Lisboa, LNEC. (COM, 107).
- MENEZES, M. 2004c. *Avaliação de projectos de intervenção e desenvolvimento socio-espacial – Síntese de perspectivas*. Lisboa, LNEC. (Relatório NESO).
- MICHELUCCI, G. 1984. Ordine e disordine. *La Nuova Città*, 5:3-5.
- MICHELUCCI, G. 1990. Manutenzione e progetto. In: C. CRESTI (org.), *Centro storico – restauro o progetto? I Confinne della Città*. Firenze, Fondazione Giovanni Michelucci, p. 13-14.
- PEREIRA, M. da L.V. 1986. *Reabilitar o urbano ou Como restituir a cidade à estima pública*. Lisboa, LNEC (ITE, 16), 30 p.
- PINAGLI, M.G. 1987. Identità del presente nella responsabilità del progetto. In: M. PINAGLI, *Prolegomini – Conoscenza e intuizione in architettura*. Firenze, Alinea Editrice, p. 13-26.
- SANT'ANNA, M. 2004. A cidade-atração. *Cadernos PPG-AU*, 2:43-58. (Número especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais).
- SATTI, E.M. 1991. Per una sociologia dello spazio. In: E.M. SATTI (org.), *Sociologia dello spazio*. Firenze, Print & Service, p. 5-12.
- SILVANO, F. 1988. *Identidades regionais e representações colectivas do espaço*. Lisboa, Portugal. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa – UNL, 341 p.